

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DO ASSU

"Uma das pioneiras do Legislativo Brasileiro" E-mail: camaradoassu@gmail.com

#### PROJETO LEGISLATIVO DE LEI Nº 22/2017.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO CRITÉRIO DE PRIORIDADE À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INSCRIÇÃO E AQUISIÇÃO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS E SOCIAIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ASSÚ.

A Parlamentar da Câmara Municipal do Assú, Vereadora **DELKIZA ALVES CAVALCANTE**, no uso de suas atribuições que lhe confere, apresenta o seguinte Projeto Legislativo de Lei:

O Prefeito Municipal do Assú, Estado do Rio Grande do Norte.

FAÇO SABER que o PODER LEGISLATIVO aprovou e eu, na qualidade de Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:

- Art. 1º Fica estabelecida cota de no mínimo 5% (cinco por cento) para Mulheres em situação de violência doméstica, como critério Municipal de prioridade para reserva de unidades habitacionais de interesse social e nos programas sociais interesse social instituídos pelo Município de Assú.
- § 1º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, e as formas de violência domésticas determinadas na Lei Federal de nº 11.340/06.
- § 2º A cota de prioridade determinada no caput deste artigo restringe-se as Mulheres em situação de violência doméstica que ainda não sejam titulares de direito de propriedade de imóvel.
- Art. 2º A situação de violência doméstica poderá ser comprovada mediante Boletim de Ocorrência (B.O). Expedido por Distrito Policial e relatório de encaminhamento e acompanhamento elaborado vítima de violência doméstica.
- Art. 3º O órgão competente no atendimento às Mulheres em situação de violência domésticas fará o encaminhamento ao órgão competente em realizar o cadastro habitacional ou para atualização do mesmo.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DO ASSU

"Uma das pioneiras do Legislativo Brasileiro" E-mail: camaradoassu@gmail.com

Art. 4º Esta Lei em entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. João Marcolino de Vasconcelos, em 21 de novembro de 2017.

### Delkiza Cavalcante Vereadora

### **JUSTIFICATIVA**

A importância do Projeto em tela, é que, muitas das vezes, a Mulher vítima de violência por falta de opção, permanece ao lado do seu agressor. A violência contra a Mulher acontece Mulheres de todas idades, com as independentemente classes sociais, raças, etnias e orientação social. Uma das principais causas de morte entre Mulheres. marcado а sociedade com consequência Os imóveis dos conjuntos habitacionais populares deverão possuir reservas para Mulheres vítimas de agressão, desde que comprovadamente constatada através de Boletim de Ocorrência - (B.O), expedido pela Delegacia Especial de atendimento à Mulher o relatório encaminhamento е acompanhamento elaborado Mulher. dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência contra Mulher está definida na Lei Federal de nº 11.340/06. Esta Lei tipifica as formas de violência contra as Mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social. É necessário que as Mulheres tenham noção de seus direitos.

A Lei Maria da Penha, determina que se estabeleça uma política pública que vise a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações nãogovernamentais, tendo por diretriz maior a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. Uma das formas de exigência para a situação da Mulher vítima de violência doméstica ter esse direito a se escrever nas cotas, ela não poderá ter outro imóvel em seu nome e deverá comprovar as agressões por meio do Boletim de Ocorrência.

Portanto, apresento a presente proposição legislativa, na expectativa de contar com o apoio dos nobres colegas, no sentido de aprova-la após a tramitação.

Delkiza Cavalcante Vereadora